

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
RICARDO ALEXANDRE FERNANDES

Resumo de excerto da obra de Ana Luiza Martins, REPÚBLICA: um outro olhar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990, p. 15-70.



Visita do Imperador Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina à Inauguração do Túnel da Mantiqueira (Brasil) - 25/06/1882

RIO BRANCO – AC
2008

RICARDO ALEXANDRE FERNANDES

Resumo de excerto da obra de Ana Luiza Martins, REPÚBLICA: um outro olhar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990, p. 15-70.

Trabalho apresentado visando ao atendimento das exigências da disciplina História do Brasil III para fins de avaliação (parte da N1).

RIO BRANCO – AC
2008

Resumo de excerto da obra de Ana Luiza Martins, REPÚBLICA: um outro olhar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990, p. 15-70.

O texto começa de trás para frente, tal como Brás Cubas, o narrador defunto. Fala-se, então, do dia seguinte à Proclamação da República Federativa do Brasil e da “morte” do Império. Citam-se os mitos criados pela imprensa: *consenso nacional* e *alheamento do povo* e desconstroem-se os mesmos, pois violência houve.

Apresentam-se as causas para a proclamação, tanto dos republicanos quanto dos monarquistas, as “personagens” da peça e encaminha-se o texto para diferentes visões sobre o “espetáculo”.

No âmbito das visões, a autora traça o desenvolvimento do pensamento historiográfico sobre a proclamação da República, iniciando com “comentários”; passa pela década de 20 do século passado, responsabilizando os próprios monarquistas pela queda do regime e emprestando importância à Questão Militar.

Cita artigo de Vicente Licínio Cardoso, positivista, de viés sociológico, explica que a influência dos fazendeiros paulistas foi desprezada até a década de 30 do século passado, mas que, percebida daí em diante, sob a perspectiva econômico-marxista, expôs as tensões existentes entre a realidade sócio-econômica e a máquina emperrada do Império, indicando autores como Caio Prado Júnior e Leôncio Basbaum.

Prossegue com as visões citando Raimundo Faoro (permanência dos donos do poder) e Sérgio Buarque de Holanda (crise militar e vazio de poder), finalizando com Emília Viotti da Costa (Exército, fazendeiros do oeste paulista e classe média).

Afirma que o raciocínio desembocará na então Província de São Paulo.

No capítulo 3, p. 23-42, a autora invade a Província de São Paulo e cria três espaços geográficos, vivenciados antes da proclamação: centro, leste (café, cana, algodão e arroz) e oeste. Estradas com as hoje conhecidas inexistiam: as mulas e os homens enfrentavam a natureza...

No cantinho direito do mapa (“velho oeste”) concentrava-se a população: rural e escravocrata: o café predominava.

Ao centro, divisa-se outro ambiente, povoado também por fazendeiros, mas dedicados ao empreendedorismo da época, filiados ao liberalismo, donos do poder econômico, mas destituídos do poder político. O Império sabia disso.

Demograficamente, a Província de São Paulo em 30 anos quase triplicou. Registra a autora que o aumento populacional não foi equânime, entre escravos e livres, em prejuízo dos segundos, o que era indicativo do enfraquecimento do Império. Registra, também, o incremento na produção de café e no número de cidades, não obstante a infra-estrutura permanecer precaríssima. A monotonia rural era a regra, quebrada, na Capital, pelos estudantes do Largo São Francisco, moradores das REPÚBLICAS. Exceções existiam, traduzindo-se em cidades de 10 mil habitantes. Até 1860, duas classes podem ser identificadas: proprietários de terras e escravos.

Uma máquina incrível veio alegrar esse ambiente bucólico: O TREM (1867), que veio, decidida e rapidamente, deslanchar o processo da República.

Perceba-se o quadro: o moderno trem vem de encontro à pachorrenta idéia de Império.

Quem pariu o trem não foi o Império, mas o capitalismo emergente, patrocinado pela Inglaterra e pelos cafeicultores paulistas que objetivavam modernizar e baratear o transporte de seus produtos.

Caudatárias do trem, mais modernidades: escolas, palacetes, hospitais, jardins, iluminação à gás, telégrafo, telefone, circulação de notícias, companhias de teatro etc.

Já naquela época, São Paulo era a “locomotiva” que puxava o Brasil, contribuindo muito e recebendo pouco. O trem produzia o PROGRESSO que, por sua vez, impulsionava a REPÚBLICA.

No nível das idéias, a literatura, seja romântica e/ou parnasiana, apropriou-se do TREM e produziu. Foi uma inundação de LUZ e PROGRESSO: a modernidade era inexorável.

A autora não se descuida e traça paralelo entre a “nossa modernidade”, cercada de escravos e cidades deficientes, e a da mãe da locomotiva, a Inglaterra.

Aqui, a beleza e a pujança da locomotiva contrastavam, de forma definitiva, com a figura arcaica do nosso então Imperador. O futuro, representado pelo trem, indicava a República e o passado era o Imperador, representando a monarquia. A evidência se mostrava como sangue na neve (veja-se a fotografia da capa deste trabalho, contextualizada em outro evento, mas que mostra a figura do Imperador e do ambiente, colhida em http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/didaticos_e_tematicos/telecurso_2000_historia_do_brasil_ensino_fundamental).

Prosseguindo com a desconstrução da figura do Imperador, a autora compõe pensamento sobre as inaugurações (1867/1889) das estações que abrigavam a passagem das locomotivas, descrevendo a situação antes, durante e depois das referidas inaugurações, em que o monarca, não responsável pelas construções, era um peixe fora d'água.

Contextualizando o tema, registra-se que hoje, na televisão, vê-se propaganda de nível turístico nacional, de lugares em que o Imperador teria se hospedado. Até hoje...

As camadas sociais cidadinas são citadas pela autora: escravos, libertos, profissionais liberais, funcionários públicos, professores e comerciantes. O Partido Liberal era composto por eles, com exceção dos escravos, à evidência.

A divisão é indicada: capitalistas, proprietários e lavradores.

Cita outras profissões e põe em evidência o *ADVOGADO, principal agente social da campanha republicana* – p. 37.

Nesse sentido, o texto ensina que esses profissionais, afeiçoados ao liberalismo, propagandearam a idéia da República, a partir do Largo de São Francisco, intrometendo-se nos poderes constituídos e fazendo literatura (romantismo).

No entanto, a liberdade era buscada por todos: advogados, escravos, grupos médios urbanos e possuidores do poder econômico.

Abordando a força dos modelos de pensamento, a autora cita movimentos que antecederam a proclamação, autores estrangeiros e deságua no

POSITIVISMO, a doutrina da ordem e do progresso, concedendo-lhe preponderância.

Essa doutrina opôs-se ao romantismo e traçou metas a serem atingidas, não perseguidas, como era lógico, pelos dois partidos monárquicos: o Conservador e o Liberal.

As metas: oposição à monarquia, separação da Igreja e Estado, trabalho e educação para todos e defesa da locução ordem e do progresso, que acabou sendo escrita em um de nossos símbolos.

O capítulo 4, denominado Repassando os Acontecimentos, constante das p. 43-68, aborda o nascimento de uma oposição efetiva, feita pelos políticos profissionais positivistas, em sua maioria advogados.

Partido Republicano é idealizado e mais do que isso, o Partido Republicano PAULISTA, formado por aqueles brasileiros já citados, que moram no oeste paulista, que estavam a perseguir, de maneira matreira, de início, a idéia de FEDERAÇÃO.

O paradoxo criado por esse grupo, a favor da federação, consiste na crítica mordaz ao Imperador e no silêncio hipócrita com relação aos escravos.

Sintomaticamente, numa inauguração de estação de trem, realizou-se a primeira convenção republicana, em Itu, cidade paulista, em abril de 1873. O primeiro Congresso Republicano deu-se já em julho do mesmo ano, na Capital da Província.

O Partido Republicano Paulista, composto por duas alas, evolucionistas e revolucionários, seguiu a primeira, mais moderada. A autora registra que a historiografia não tem emprestado a devida importância ao referido partido para a proclamação, afirmando que ele foi de fundamental. A propaganda foi arma significativa para o Partido Republicano Paulista, convencendo o povo que, após a proclamação, deu a entender que sabia o que estava acontecendo.

Referida propaganda deve ser creditada à maçonaria, aos comícios, conferências e festas promovidos e à imprensa, indicada pela autora como recurso mais poderoso.

O alvo eleito pela propaganda foi a figura do Imperador.

Três manchetes são elencadas para indicar o destino do Império: uma quanto à escravidão, outra referente ao conflito entre Império e Igreja católica e, finalmente, o confronto entre militares e paisanos.

A seguir, a autora apresenta versão diversa da desenvolvida ao longo do tempo, ensinando que o Marechal Deodoro era um monarquista que acabou “proclamando” a República em detrimento de sua própria vontade.

A quem deve ser atribuída a proclamação?

Não de forma definitiva, anota-se que segmentos podem ser apontados: cafeicultores do oeste paulista, camada média urbana e alguns militares.

Referências:

MARTINS, Ana Luiza. **REPÚBLICA: um outro olhar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990, p. 15-70.

http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/didaticos_e_tematicos/telecurso_2000_historia_do_brasil_ensino_fundamental.